

Clemenceau, Krause

30 OUT 1992

JORNAL DO BRASIL

e os economistas

JORGE VIANNA MONTEIRO *

Notícia o **JB** (*Coisas da Política*) de 18/10/92 que o ministro Krause condiciona o sucesso econômico à adoção de regras institucionais "boas e estáveis". Ao mesmo tempo, e por causa dessa necessidade de rever o ambiente institucional da economia brasileira, um assessor do ministro teria parodiado Clemenceau e dito ser essa uma tarefa "grave demais para ser deixada aos economistas".

Ao longo dos últimos anos, e em crescente consenso, acostumamo-nos à idéia de que a economia vai mal porque a política também vai mal. Só que até aqui nenhuma figura de projeção nacional havia sido tão objetiva quanto a essa conexão. Enfim, um ministro localiza a raiz desse mal: a instabilidade institucional, vale dizer, a instabilidade das regras do jogo da política econômica no governo representativo.

Todavia, estariam os economistas preparados para lidar com essa tarefa?

As escolhas coletivas (na sociedade, nas legislaturas) seguem regras e procedimentos — as instituições — que podem ser muito caprichosas. Entre outros caprichos, a instabilidade de seu resultado (a política econômica) é o mais desafiador. Nenhum tema é mais moderno na discussão acadêmica. Por conta dessa atualidade, nos últimos seis anos três prêmios Nobel foram atribuídos a expoentes dessa linha de indagação científica, conhecida por *Public Choice* ou, também, *Nova Economia Política*: James Buchanan (1986), Ronald Coase (1991), e Gary Becker (1992).

Apontando diferenças entre a Revolução Francesa (que "estabeleceu direitos") e a Revolução Industrial (que "estabeleceu provisões"), o ministro Krause identifica a ordem constitucional de 1988 como tendo estabelecido provisões, em desacordo com os direitos legais. Analogamente, o professor Buchanan não se cansa de alertar a seus pares economistas que:

a) a Economia é hoje uma ciência de contratos, por força da capacidade que se exige do economista em arquitetar

políticas econômicas do tipo-reforma. Diferentemente do sentido trivial de política econômica, uma reforma induz o economista ao estudo de regras da interação coletiva, como elas operam, e como elas podem ser escolhidas;

b) toda política econômica pressupõe uma constituição a que se chega pela manifestação de um consenso quanto àquelas regras, antes mesmo que se possa identificar com clareza os resultados que irão efetivamente se verificar. Por isso mesmo, tais regras são a fonte da estabilidade dos resultados econômicos.

Sob esse aspecto, chamo a atenção do leitor para o tema da moda: o "ajuste fiscal". Não se trata, por certo, de uma mera política fiscal, de vez que o que se propõe é alterar as liberdades econômicas sob as quais governo e cidadão interagem. Assim sendo, essa é uma alteração que requer o equacionamento não tanto do volume de receita fiscal resultante, mas de proteção do cidadão-contribuinte, face a novas regras fiscais, justas e duradouras.

É, portanto, inegável a força do paradigma da *Public Choice*, na busca por saídas para a nossa crise econômica. Como visto acima, o ministro Krause parece não se resignar a ficar prisioneiro de lamentos retóricos, tais como: "alta vontade política ao governo", "a crise é institucional", ou "devemos promover um pacto social". Mesmo porque, como gerar vontade política no governo, como se comparam instituições alternativas, ou sob que condições melhor se promove o consenso social, são questões inevitáveis a serem resolvidas, na obtenção de um equilíbrio macroeconômico mais duradouro e de melhor qualidade.

No mais, o assessor ministerial talvez tenha cometido o mesmo pecado do economista brasileiro que perguntado sobre o que pensava da concessão do Prêmio Nobel de 1986 ao professor Buchanan, respondeu como lacônica ironia e indisfarçável desconhecimento de causa: Ah, prefiro "Buchanan, on the rocks".

* Professor Associado do Departamento de Economia da PUC-RJ